



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS
Curso de Bacharelado em Relações Internacionais

PEDRO GUILHERME DA SILVA

**A CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA COMO UMA POLÍTICA PÚBLICA: a
questão da saúde global**

**Brasília
2022**

PEDRO GUILHERME DA SILVA

**A CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA COMO UMA POLÍTICA PÚBLICA: a
questão da saúde global**

Artigo científico apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador(a): Luciano da Rosa Muñoz

**BRASÍLIA
2022**

PEDRO GUILHERME DA SILVA

**A CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA COMO UMA POLÍTICA PÚBLICA: a
questão da saúde global**

Artigo científico apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador(a): Luciano da Rosa Muñoz

CIDADE, DIA MÊS ANO

BANCA AVALIADORA

Professor(a) Orientador(a)

Professor(a) Avaliador(a)

A CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA COMO UMA POLÍTICA PÚBLICA: a questão da saúde global

Pedro Guilherme da Silva

RESUMO

Trata-se de trabalho de conclusão de curso no âmbito da Política Externa Brasileira que tem como objetivo analisar a consolidação da política externa como uma política pública. A pesquisa foi desenvolvida com enfoque na atuação do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Saúde e do Presidente da República nas Relações Internacionais do Brasil. A partir da premissa de que a democratização da formulação da Política Externa é crucial para o seu reconhecimento como uma política pública, os paradigmas de política externa auxiliam na observação do grau de inserção internacional do Brasil nos governos Fernando Henrique Cardoso, Lula e Bolsonaro. O diálogo entre política externa e a política sanitária, assim como a participação de outros agentes e a adoção de estratégias como a diplomacia presidencial possibilitam a internacionalização das pautas da política interna. Nos governos FHC e Lula, a política externa obteve sucesso na atuação na área da saúde. Contudo, no governo Bolsonaro, a política externa sofre um retrocesso, e o diálogo entre a saúde e política externa enfraquece, mesmo em meio à uma crise sanitária global.

Palavras-chave: Política Externa. Políticas Públicas. Política Sanitária. Insulamento. Democratização. Pandemia.

INTRODUÇÃO

Para discutir acerca das políticas públicas é necessário que se leve em consideração diversos fatores. Não apenas é necessário o cenário político harmônico, como também é preciso uma combinação de estratégias por parte dos formuladores de políticas públicas para que elas sejam implementadas. Desta forma, será argumentado que a política externa é uma política pública, na medida em que comporta os mesmos objetivos, passa pelos mesmo obstáculos e busca englobar mais entes e agentes. Cada vez mais os assuntos que englobam o âmbito interno passam por um processo de internacionalização, revelando a importância da política externa para a garantia dos interesses da população devido à sua capacidade de comunicação com outras políticas públicas. A escolha da saúde como um dos temas centrais visa a melhor compreensão possível dos argumentos.

O trabalho começa com a conceituação teórica acerca do processo de formulação da política externa. Serão definidos os conceitos de política externa e

introduzido o tema da política externa como uma política pública, explicando as mudanças recentes em relação à condução da saúde. Embora o realismo forneça uma extensa base para a compreensão acerca do assunto, serão abordados ao longo do trabalho os conceitos brasileiros, que se opõem ao protagonismo das teorias clássicas de relações internacionais.

Cervo (2008) defende que os conceitos brasileiros, tais como os paradigmas de política externa, formulados a partir da experiência brasileira, são capazes de produzir conhecimentos acerca das relações internacionais cujo alcance é restringido ao país. Isso quer dizer que há um rompimento com as teorias abrangentes, que, ao invés de observar as especificidades de um lugar, reproduzem os valores e interesses apenas do Ocidente.

Portanto os paradigmas serão abordados durante todo o trabalho. Após a conceituação teórica, os conceitos apresentados serão aplicados ao governo de Fernando Henrique Cardoso e ao governo de Lula. A escolha desses cenários se deu a partir dos aspectos de continuação e intensificação da atuação no campo das políticas públicas, em especial a saúde. Nesse momento, será analisado também o fim do insulamento do Itamaraty e a participação de novos atores na política externa.

Por fim, será analisada a administração de Jair Bolsonaro. Aqui será discutido as rupturas em relação aos governos FHC e Lula e como elas refletem no processo de consolidação da política externa como uma política pública. Será levada em consideração a crise sanitária atual para que seja analisada como o debate entre a saúde e a política externa foi impactado.

1. POLÍTICA EXTERNA COMO POLÍTICA PÚBLICA

O Realismo, uma das mais importantes teorias das Relações Internacionais, defende a visão estadocêntrica do sistema internacional, na qual os Estados são os únicos atores e portanto questões de segurança e sobrevivência deste estão acima de qualquer outro tópico. Cabe ao Estado, portanto, a realização de articulações estratégicas a fim de garantir que a *high politics* seja prioridade na agenda de política internacional. Diante da ótica que reconhece o Estado como *player* supremo, o Ministério das Relações Exteriores, deve ser o detentor do monopólio dos temas voltados à política externa. Afinal, segundo essa lógica, o conteúdo da boa política

externa só pode ser conhecido pelos verdadeiros estadistas, intérpretes da vontade nacional (LIMA, 2000).

Para os realistas, a interação entre democracia e política externa caracteriza-se como uma situação particularmente artilosa. Os temas citados anteriormente como primordiais dentro da ótica realista são apontados como capacidade somente de governo, portanto permitir que eles sejam delegados às outras instituições da democracia constitui um grave problema. A democracia, pelo seu caráter imediatista, pode sacrificar benefícios reais do longo prazo, isso porque a “mente popular” busca resultados rápidos. (LIMA, 2000)

Milani e Pinheiro (2013) contribuem para a discussão discordando do argumento realista de que a política externa começa onde a política pública acaba, e buscam reforçar que a emergência dos mais diversos atores no processo decisório deve ser reconhecida, assim como a diversificação de temas adotados pela política externa. É a partir daí que a relação entre a política externa e a política pública é identificada.

Em primeiro lugar, é observada uma pluralização de atores da PEB nos anos 1980 e 1990, em oposição à ideia de autonomia absoluta do Itamaraty em questões de política externa. Destacam-se as ações de diversos ministérios em negociações internacionais, a manifestação de interesses de política externa do Legislativo, a ação de outras agências estatais e não-estatais, do Ministério da Saúde, até mesmo as iniciativas dos estados federativos e municípios brasileiros (MILANI; PINHEIRO, 2013).

Uma vez reconhecida a abundância de formuladores de política externa, abre-se espaço para o argumento de que a política externa pode ser vista como uma política pública. Cada vez mais é possível observar os processos pelos quais as pautas de política pública se internacionalizam, deixando para trás a ideia de que a sua atuação ocorre apenas no ambiente doméstico. Política externa é uma política pública, haja visto que atores institucionais, nacionais e sociais a tratam nessa perspectiva. (MILANI; PINHEIRO, 2013, p. 28)

Muitos fatores oferecem uma explicação para o que parece ser uma nova reconfiguração da política externa brasileira. Em um nível regional, no âmbito sul-americano, os autores apresentam alguns deles:

a atuação de organizações intergovernamentais, empresas e redes transnacionais; a construção de espaços de regulação e integração social

em meio à anarquia entre os Estados; a necessidade de lidar com a sobrevivência humana e a proteção dos bens públicos globais (mudanças climáticas, biodiversidade, mares) apesar da contradição potencial com os interesses nacionais; a importância de cada agenda temática no conjunto das políticas públicas domésticas; a existência de uma opinião pública e a pressão da mídia sobre o tema; e o número de atores domésticos envolvidos, bem como sua forma de participação (consulta, parceria, protesto, resistência) (MILANI; PINHEIRO, 2013, p. 29)

1.1 Saúde e política externa

Uma vez estabelecida a atuação de novos agentes e temas, responsáveis pela internacionalização de pautas de política pública, o presente artigo busca discutir o desenrolar da inserção da saúde na agenda de política externa.

Muito antes da concepção de reestruturação da política externa, a saúde começa a ser tema das discussões internacionais com a Conferência Internacional Sanitária, realizada em Paris em 23 de julho de 1851. A partir daí, foram realizadas diversas outras conferências que tiveram como resultado importantes criações: a criação da Repartição Sanitária Pan-Americana e a Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1948. No Brasil, ainda anterior à criação do Ministério da Saúde, em 1953 foi estabelecida a Comissão de Saúde Internacional, integrante do Ministério da Educação e Saúde em 1950 (BARBOSA FILHO, 2018)

A temática da saúde nos debates internacionais vem acompanhada das reflexões acerca do desenvolvimento e questões econômicas em um momento em que medidas responsáveis pelo surgimento de crises econômicas, como a crise fiscal, reembolso de dívidas externas e implementação dos Programas de Ajuste Estrutural - SAP e de outras políticas profundas, aumentaram as desigualdades no Sul. Além disso, os países de renda média e baixa passavam por um difícil momento com a disseminação do HIV e de outras doenças fatais, o que causou uma sobrecarga dos sistemas de saúde. (ALMEIDA *et al.*, 2010)

Ademais, várias reformas nos sistemas de saúde pioraram a situação. As privatizações e os altos gastos privados nas populações mais carentes contribuíram para que a situação já precária se agravasse ainda mais, e resultados ao final da década de 1990 deixavam clara essa situação. Na década seguinte, observaram-se várias iniciativas em prol da saúde das populações, mas mesmo assim, em vários lugares do mundo a saúde continua sendo um desafio. (ALMEIDA *et. al*, 2010).

Não foi diferente no Brasil, questões sociais relacionadas ao grau de desenvolvimento contribuíram para o debate sobre a importância da criação de instituições que pudessem garantir o acesso às condições sanitárias básicas. Nesse contexto, a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) é interpretada por Alcázar como um dos fatores responsáveis pela institucionalização da saúde como parte da agenda de política externa brasileira, assim como o fortalecimento do Ministério da Saúde. (ALCÁZAR, 2005 *apud* BARBOZA; PINHEIRO; ALVES, 2011)

Maio e Lima (2009) sintetizam o processo de criação do SUS sob uma perspectiva social e principalmente, constitucional. A Constituição Federal de 1988 trouxe uma série de inovações importantes para a implementação de novas noções, sobretudo em relação à dignidade humana. Nela, afirmou-se a importância da saúde enquanto direito fundamental dos cidadãos levando em consideração o princípio da constituição "saúde direito de todos e dever do Estado". A Lei Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 estabelece os deveres do Estado em promover a saúde como um direito fundamental para a cidadania, defende que o acesso à saúde deve ser igualitário e universal, estabelece a responsabilidade dos órgãos do executivo Poder Executivo em tratar das questões de saúde, e firma os princípios para a criação do SUS: universalidade, integralidade, participação e descentralização. (BRASIL, 1990)

O cenário era completamente diferente antes da criação do SUS no Brasil. Jairnilson Silva Paim faz um panorama histórico, destacando a evolução da condução da saúde no país. No Brasil colônia, os assuntos relacionados à gestão da saúde eram de responsabilidade locais e muito mais voltados à prevenção de epidemias. O acesso ao atendimento com um médico para os cidadãos deveria ser feito por meio de cartas ao rei. As câmaras municipais tinham a responsabilidade de cuidar da limpeza das cidades, da fiscalização dos portos e do comércio de alimentos. Com a criação da primeira Santa Casa em Santos em 1543, e depois outras unidades em Olinda, Bahia, Rio de Janeiro, Belém e São Paulo, os pobres passaram a receber a assistência médica da irmandade cristã, enquanto os militares eram recolhidos pelas famílias ricas. A partir de 1928, o Serviço de Inspeção de Saúde dos Portos passou a ser competência do Ministério do Império e em 1850 foi criada a Junta de Higiene Pública, estabelecida pelo decreto 598. (PAIM, 2009)

No Império, pode-se notar um grande número de ações que contribuíram para a evolução do sistema sanitário. A temática da saúde de crianças e adolescentes foi abordada com a criação da Inspetoria Geral de Higiene, da Inspetoria Geral da

Saúde dos Portos e do Conselho Superior de Saúde Pública. Por outro lado, ao final do Império, o nível de centralização da organização sanitária brasileira a tornava inapta para lidar com os desafios da época, além de elitizar ainda mais o acesso ao atendimento médico. Por fim, com a proclamação da República, a saúde passou a ser reconhecida como competência dos estados e mais adiante, como uma questão social, um problema do poder público e da sociedade civil, não podendo ser restringido apenas ao nível do indivíduo. (PAIM, 2009)

Na República Velha (1889-1930), dominavam uma concepção e atuação de Estado liberal, devendo ele interferir apenas quando o indivíduo por conta própria ou a iniciativa privada não fossem capazes de resolver. Depois de algumas epidemias, como a epidemia da febre amarela, peste e varíola, e de campanhas sanitárias promovidas por Oswaldo Cruz, Carlos Chagas e outras figuras emblemáticas, foi possível observar uma evolução em relação à maneira com que a saúde pública era tratada nesse contexto anterior a criação do SUS (PAIM, 2009). Apesar disso, a criação do SUS, em 1990, se deu em um cenário no qual o gerenciamento da saúde no Brasil ainda era complexa. A comunicação entre as partes que compunham a organização da saúde era problemática, e isso acabava por interferir na maneira em que agiam e muitas vezes acabavam fazendo as mesmas coisas.

Vale destacar o papel do Ministério da Saúde. Embora inicialmente não tivesse o propósito de tratar de questões internacionais, em 1964 é criada a comissão de Assuntos Internacionais dentro do Ministério da Saúde. (BRASIL, 1964).

A Assessoria de Assuntos Internacionais de Saúde (AISA) criada em 1998, é a estrutura responsável pelos temas internacionais de interesse do Ministério da Saúde, por meio da elaboração das diretrizes, da coordenação de posições ou ainda por meio da implementação da política internacional do Ministério da Saúde. A Aisa prepara a posição brasileira sobre temas de saúde no âmbito internacional, sempre em sintonia com orientações da política externa do Brasil e em articulação com as áreas do Ministério da Saúde que detêm o conhecimento técnico sobre os mais variados temas, além de realizar o assessoramento ao ministro de Estado da Saúde em temas internacionais (BARBOSA FILHO, 2010, p. 17)

A Aisa tem se tornado um dos maiores agentes de cooperação internacional em saúde para o Brasil. Em cooperação humanitária, por exemplo, auxilia as pessoas afetadas por crises naturais e humanitárias por meio de doações de medicamentos e insumos de saúde, e também dá suporte aos sistemas de saúde

nacionais com o abastecimento de medicamentos em detrimento de pandemias ou simplesmente da falta desses medicamentos. Além disso, a Aisa atua na organização dos trâmites necessários para a concretização das ações de cooperação humanitária internacional. A Aisa mantém uma parceria com a Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), e com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos de Saúde. (MACHADO; ALCÂNTARA, 2018)

Entre 2010 e 2017, a assessoria realizou e auxiliou em diversas ações humanitárias. Para os países da América do Sul, o Ministério da Saúde realizou a doação de medicamentos para tuberculose, HIV/aids, hepatites virais, malária, leishmaniose, vacinas e soros antivenenos. Para o continente africano, a maioria das doações são de medicamentos antirretrovirais e insumo para a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis para países como: Angola, Benim, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Em relação às doações destinadas à América Central e Caribe, em 2015, por iniciativa do Ministério da Saúde junto com o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Defesa, foram enviadas 18 mil unidades de medicamentos, testes rápidos de HIV, materiais de uso hospitalar e quase quatro mil doses de vacinas contra cólera para o Haiti após o desastre natural que foi o furacão em 2016. Por último, países como Síria, Líbano e Palestina receberam, do Brasil, recursos para lidar com os efeitos dos conflitos armados nos anos de 2013, 2014 e 2015. (MACHADO; ALCÂNTARA, 2018)

1.2 Diplomacia Presidencial

A figura do Presidente da República e sua própria inserção nas negociações internacionais é outra característica inovadora que se intensifica na política externa brasileira a partir da década de 1990. Cason e Power (2009) falam sobre as principais abordagens e paradigmas da política externa brasileira nos governos de Fernando Henrique Cardoso e de Lula.

Os autores apresentam um novo marco da política externa, implementado através de dois aspectos: a presidencialização e a pluralização de atores. No governo FHC, nos anos 90, a presidencialização, ou seja, a participação direta do Presidente da República na condução das relações internacionais do Brasil. Até 1994, a política externa sempre foi extremamente dependente do Ministério das Relações Exteriores e poucas viagens oficiais eram realizadas. A partir do governo

FHC, observa-se um engajamento pessoal do Presidente nas relações com os outros países através de viagens oficiais conduzidas pelo próprio Presidente.

A quantidade de viagens internacionais constitui um importante fator para a análise da diplomacia presidencial, mas é preciso considerar também a qualidade da condução da estratégia. Cason e Power afirmam que os observadores da política externa brasileira não têm grandes preocupações em relação aos efeitos da diplomacia presidencial. Devido a grande dimensão desse novo aspecto, Cardoso era muitas vezes descrito como o seu próprio Ministro das Relações Exteriores e Lula claramente usava suas relações pessoais para as suas negociações bilaterais Sul-Sul. (CARDOSO; POWER, 2009).

Além disso, novos atores começaram a se inserir na formulação da política externa, o que ficou conhecido como uma pluralização. A pluralização da política externa, ou seja, a fragmentação das competências políticas para além do Ministério das Relações Exteriores, se deu em um nível alto e acelerado em tão pouco tempo por estar havendo inúmeras contestações sobre a monopolização do Ministério das Relações Exteriores na política externa brasileira. Diante dessas novidades que surgem na agenda de política externa, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso será mais engajado na internacionalização de temas de política interna, processo que se intensificou durante o Governo Lula e contribuiu para a consolidação da política externa brasileira como uma política pública, na medida em que a pressão para que novos agentes participassem da formulação de política externa, o Ministério das Relações Exteriores passou a ser pressionado para que o insulamento das negociações internacionais fosse quebrado.

2. A POLÍTICA EXTERNA DE FHC E A QUEBRA DO INSULAMENTO DO ITAMARATY

O fim da Guerra Fria e o advento da globalização impactaram o processo de tomada de decisão na formulação da política externa. Cervo (2002, p. 05) busca sintetizar o fenômeno, atribuindo a ele causas econômicas e de natureza geopolítica:

Três fatores influíram sobre o reordenamento das relações internacionais: a ideologia neoliberal, a supremacia do mercado e a superioridade militar dos Estados Unidos. A globalização engendra nova realidade econômica caracterizada pelo aumento do volume e da velocidade dos fluxos financeiros internacionais, pelo nivelamento comercial em termos

de oferta e demanda, pela convergência de processos produtivos e, enfim, pela convergência de regulações nos Estados. Essa tendência histórica deparou-se, entretanto, com duas outras, uma que a continha e outra que a embalava: a formação de blocos econômicos e a nova assimetria entre o centro do capitalismo e sua periferia

Dentro dessa ideia de um maior engajamento nas mais diversas áreas, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso percebe-se uma alteração na abordagem da política externa, com a mudança da ideia de autonomia pela distância para a autonomia pela integração. (VIGEVANI; OLIVEIRA, 2003). O objetivo da sua política externa, portanto, deveria ser a abertura do Brasil ao mundo, a diversificação de parcerias nas relações bilaterais e multilaterais e a intensificação da integração regional para garantir autonomia nacional. (BARBOZA; PINHEIRO, ALVES, 2005).

A chamada “quebra do insulamento do Itamaraty” tem como argumento central o de que a política externa tem passado por um processo de democratização, o qual pressiona o Ministério das Relações Exteriores a romper com o seu insulamento sobre a política externa e assumir um caráter mais aberto nos assuntos internacionais. Esse insulamento pode ser compreendido a partir de diversos fatores. Faria (2008, p. 81) aponta seis deles:

a) o arcabouço constitucional do país, que concede grande autonomia ao executivo em tal seara, relegando o Congresso Nacional a uma posição marginal, o que não é singularidade brasileira (Milner, 1997); (b) o fato de o legislativo brasileiro ter delegado ao executivo a responsabilidade pela formação da política externa; (c) o caráter “imperial” do presidencialismo brasileiro; (d) o fato de o modelo de desenvolvimento por substituição de importações ter gerado uma grande introversão nos processos políticos e econômicos do país, redundando em grande isolamento internacional do Brasil, revertido parcialmente a partir do início dos anos 90; (e) o caráter normalmente não conflitivo e largamente adaptativo da atuação diplomática do país; e, por fim, mas não menos importante, (f) a significativa e precoce profissionalização da corporação diplomática do país, associada ao prestígio de que desfruta o Itamaraty nos âmbitos doméstico e internacional.

Hoje, diversos fatores observados apontam para um maior equilíbrio entre o Executivo e Legislativo na política exterior, uma intensificação da presidencialização na política externa (CASON; POWER, 2009), crescente ativismo do Congresso brasileiro em relação à política externa, o fim do modelo de substituição de importações, a ampliação do caráter conflitivo e adaptativo da diplomacia brasileira e a erosão da coesão da corporação diplomática. Diante dessa realidade, o Itamaraty passou a concentrar maiores esforços em cooperação intersetorial, com agentes do mercado e da sociedade civil (FARIA, 2012).

2.1 Política Externa como política pública no governo de Fernando Henrique Cardoso

Com a pressão para a abertura do Itamaraty e a alta da diplomacia presidencial, FHC concentra-se na reorganização da política externa, voltando-se à sua própria imagem em visitas oficiais como presidente da República, e também aos discursos diplomáticos como instrumento de política externa.

Assumindo uma postura de um *globe trotter*, ou seja, pessoa que viaja com frequência para diferentes lugares do mundo, FHC cumpriu, ao todo, 47 compromissos internacionais, encontrou-se com muitos líderes de Estado, com os presidentes dos países que compõem o MERCOSUL mais de uma dezena de vezes cada um, entre outros. Para mais concedeu entrevistas, criou dois órgãos de assessoramento direto na área externa (Câmara de Comércio Exterior e a Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional), entre outros esforços. (DANESE, 2017)

O então Ministro das Relações Exteriores Luiz Felipe Lampreia introduz, em seu discurso de posse, o conceito de diplomacia presidencial, dá ênfase a afinidade do presidente com a diplomacia e afirma que a consolidação das novas credenciais e das diretrizes da política externa são baseadas na concepção do próprio presidente em relação ao desenvolvimento e crescimento econômico, (BRASIL, 1995)

Em relação à importância da presidencialização da política externa, Cardoso diz:

Nesse panorama de renovação do Brasil e de consolidação de novas credenciais para que o país possa operar no plano externo, terá importância fundamental a participação ativa do presidente na diplomacia de chefes de estado e governo [...]. Por essa razão, estão programadas diversas viagens do presidente da República ao exterior [...] definidas com critério de prioridade e equilíbrio regional [...]. O pressuposto de tais visitas é um criterioso processo de preparação, de forma que o encontro de alto nível culmine processos de aperfeiçoamento real das relações bilaterais e o lançamento de iniciativas concretas nas áreas de comércio, investimentos, cooperação técnica e científica, acesso à tecnologia e diálogo e consulta política. (CARDOSO, 1995, p.74)

Com o apoio da diplomacia presidencial, a questão da política externa como política pública na área da saúde no governo FHC se insere na ideia de aperfeiçoamento das relações bilaterais através da cooperação, da participação em

eventos internacionais e na defesa de resoluções que trariam benefícios à população.

Em 1995 o Brasil participou da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social, na qual foram debatidas questões sociais como educação, saúde e erradicação da pobreza. Participou também, em Pequim, da IV Conferência Mundial sobre a Mulher para discutir questões de desigualdade de acesso aos serviços de saúde e violência contra a mulher (ALVES, 2001) e lançou, em 2000, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), com temas voltados para a saúde.

Além disso, destaca-se o empenho brasileiro na promoção de conscientização e combate do HIV/ AIDS e na promoção de medicamentos genéricos e na obtenção de vacinas para a população. De 1991 a 1995, os casos de HIV/ AIDS foram de 14 casos por 100 mil habitantes. Em 1996, com FHC na presidência, foram 11 casos por 100 mil habitantes. FHC também obteve sucesso na expansão da política de incentivo aos medicamentos genéricos, que em 2002 representavam, segundo o Ministério da Saúde, 9% do mercado farmacêutico considerando o número de vendas, custando 45% menos do que os medicamentos originais. Também houve a cobertura integral de vacinas para difteria, tétano, coqueluche, sarampo, tuberculose na infância e poliomielite. (GOVERNO..., 2002).

2.2. Política externa do governo Lula

Se a diplomacia presidencial caracterizou-se como um forte instrumento na era FHC, durante o governo Lula a implementação desse instrumento intensificou-se em grandes dimensões. Sua política externa, ademais, carregou consigo a ideia de desenvolvimento através da diversificação de parcerias e com forte defesa do multilateralismo e cooperação Sul-Sul.

Com o fim do bipolarismo que caracterizou as relações internacionais nos anos de 1990, o mundo passou por um processo de surgimento de uma nova ordem mundial. Com o advento da globalização, os países enfrentam novos desafios no que se refere à inserção internacional. Em relação aos países do Sul, especificamente, a dimensão globalizada do surgimento de novos mercados aumentou a concorrência internacional pelo protagonismo nas mais diversas economias e apresentou novas oportunidades.

Com isso, algumas estratégias foram adotadas pelos países menos desenvolvidos, assim como o Brasil. A defesa da democracia, em primeiro lugar, foi um dos princípios que definiram o norte da política externa brasileira e que permitiriam ao país atingir as metas para o desenvolvimento. Além do mais, a defesa do regionalismo foi necessária para o estímulo da cooperação entre os países que se encontravam em situações semelhantes. O regionalismo teve o grande papel de aumentar a competitividade econômica para enfrentar as pressões externas de uma economia globalizada. Destacam-se os processos de formação de novos blocos econômicos, a formação do Mercosul e do Grupo do Rio, atuando como um fórum de articulação de políticas para os países latino-americanos. (SARAIVA, 2007)

Quando o presidente Lula assumiu a presidência da República, sua política externa diferenciou-se em alguns pontos com a política de FHC, principalmente sobre as relações diplomáticas. Em seu período de governo, Lula intensificou a aliança do Brasil com os países da América Latina, criando um forte vínculo que tinha como objetivo de inserir o Brasil em um papel de liderança na América do Sul para que se sobressaísse no cenário internacional, tática que não ocorreu plenamente como havia sido prevista, mas que trouxe grande prestígio e visibilidade para o Brasil e para o Governo de Lula (CASON; POWER, 2009).

No governo Lula, uma característica que marcou os esforços para a internacionalização de assuntos de política interna foi a não-indiferença. A não-indiferença é considerada uma mudança e uma inovação porque se diferencia da longa tradição diplomática da não intervenção, mas Lula e Amorim deixam claro que a tradição não seria integralmente desmantelada e que a contribuição para a solução de situações conflituosas seria dada “desde que convidados e quando considerarmos que podemos ter um papel útil, tendo em conta o primado da democracia e da constitucionalidade” (SILVA; AMORIM; GUIMARÃES, 2003, p.56). Amorim ainda destaca:

O princípio da não-intervenção nos assuntos internos dos outros Estados sempre orientou a política exterior do Brasil. Mas este princípio deve ser matizado pela ‘não-indiferença’; isto é, a disposição de colaborar, por meio de canais legítimos, com outros países que se encontram em situações particularmente difíceis (AMORIM, 2010, p. 20).

Nos anos em que Lula da Silva foi presidente, o Brasil engajou-se fortemente na ajuda humanitária e promoveu vigorosamente uma atuação não-indiferente às

demandas do Sul Global. O compromisso com a cooperação Sul-Sul por meio de uma abordagem pautada na não-indiferença é, de um lado, uma estratégia diplomática autêntica que tem origem no desejo de exercer solidariedade e que, ao mesmo tempo, ajuda o Brasil a expandir sua participação em assuntos internacionais (AMORIM, 2010) e encarar os problemas de desenvolvimento e crescimento no país (LIMA, 2005). O Brasil atuou em prol de mecanismos que protegessem a saúde pública, promovendo uma ordem internacional mais igualitária, apontando os interesses econômicos de grandes laboratórios e defendendo a redução dos custos de medicamentos antirretrovirais. Vale lembrar que a não-indiferença também foi apontada como argumento a favor de uma democratização do sistema internacional, de forma que os países mais pobres e não-potências tivessem voz e participação dos desenrolares políticos.

Dentro da questão central do presente trabalho, a saúde, pode-se considerar que a adoção da não-indiferença na política externa de Lula manifestou-se, sobretudo, na cooperação Sul-Sul do governo brasileiro com Moçambique para a abertura de uma filial da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) com a finalidade de fabricação de medicamentos antirretrovirais contra o HIV em outubro de 2008. Vale lembrar que a cooperação Sul-Sul foi anunciada como um dos pilares da política externa de Lula, além da aproximação com o continente Africano como parte da agenda de diversificação. (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

3. A POLÍTICA EXTERNA DE JAIR BOLSONARO NA PANDEMIA DA COVID-19

Com a pandemia da COVID-19, a política externa brasileira encontra-se diante do desafio de lidar com os impactos sociais, econômicos e culturais que a doença tem causado. Com o aumento descontrolado de casos e mortes pouco tempo após o registro oficial do primeiro caso, a situação já podia ser caracterizada como uma crise sanitária global, com sérios impactos políticos. No Brasil, a política externa do presidente Jair Bolsonaro tomou rumos controversos diante da crise. Não apenas seus discursos e ações foram prejudiciais à tradição diplomática cultivada pelo Brasil durante décadas, como foram prejudiciais ao debate acerca da democratização da política externa para a internacionalização de pautas da política interna.

É perceptível a mudança de cenário da política externa de Bolsonaro em relação aos governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula. Todos os conceitos aplicados anteriormente sofreram alterações em razão da nova formulação e condução da política externa. Enquanto a autonomia pela diversificação e autonomia pela integração foram aspectos importantes para a execução da política externa nos governos FHC e Lula, tais conceitos são abandonados pelo atual presidente. Isso se deve ao fato de que, durante a administração de Bolsonaro, a política externa tornou-se isolacionista e o critério adotado para a realização das relações diplomáticas baseia-se em ideologias pessoais do líder atual, e não necessariamente nas necessidades e interesses da população brasileira. O isolacionismo de Bolsonaro manifesta-se, em primeiro lugar, com a volta do alinhamento automático com os Estados Unidos, mais especificamente com o governo do ex-presidente Donald Trump.

3.1 O Alinhamento Automático e o Paradigma Americanista

O alinhamento automático com os Estados Unidos esteve presente em diversos momentos da história da política externa brasileira. O que justifica essa realidade é o fato de o Brasil estar inserido na área de influência dos Estados Unidos, assim como os outros países latino-americanos. Foi reconhecida a necessidade da criação de laços com um país cujo status passou de uma das poucas potências, para uma das duas potências (EUA e URSS) e finalmente, uma superpotência militar.

Na política externa do governo do general Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), a adoção do alinhamento automático tinha como justificativa a importância de se manter os laços com o Ocidente visto a ameaça de um novo conflito mundial. Além disso, acreditava-se que a aproximação com os Estados Unidos traria benefícios para o Brasil em sua busca por inserção internacional através da participação das conversas sobre a paz no pós-guerra e na construção de uma nova ordem internacional. (MOURA, 1991). A posição de total alinhamento com os Estados Unidos foi a característica mais marcante do governo Dutra.

Diante disso, durante a administração de Dutra, as posições brasileiras na ONU seguiram as posições dos Estados Unidos na maioria das questões, com

algumas exceções. Com isso, o Brasil conseguiu obter apoio dos Estados Unidos na indicação a uma cadeira permanente e foi o mais votado na primeira composição do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). Por fim, a posição anti-URSS e pró-americana como uma forma de alinhamento aos Estados Unidos é uma tendência dentro da política externa brasileira em diversos governos. (MOURA, 1991)

O histórico da política externa brasileira mostra de maneira muito clara que a posição anti-comunista trouxe diversos desafios para o Brasil no que diz respeito aos seus parceiros internacionais. Martins (1975) argumenta que a situação do intercâmbio com a China, intensificado durante o governo de Jânio Quadros em 1961, foi inteiramente frustrada em 1964, com a prisão dos nove membros que integravam a missão comercial do país. Isso fez com que o mercado chinês se fechasse para o Brasil e passasse a comprar algodão do México. Interessante notar que, tão forte foi a tendência de aproximação e alinhamento automático com os Estados Unidos durante muito tempo, que os conceitos da política externa brasileira permitiram que a tal relação se tornasse um paradigma denominado de paradigma americanista.

Os paradigmas de política externa contribuem para uma melhor organização dos períodos históricos e auxiliam na compreensão das decisões e formulações políticas que dão origem à diplomacia em um determinado contexto. O paradigma americanista, por exemplo, expõe os motivos pelos quais um país emergente como o Brasil, busca-se alinhar com uma potência econômica altamente influente no sistema internacional para a garantia do desenvolvimento do país. Por outro lado, observa-se que o alinhamento ocorre devido à convergência de ideologias entre os representantes dos países.

Letícia Pinheiro argumenta que a política externa brasileira do século XX, mais especificamente a partir da gestão do Barão do Rio Branco (1902-1912) até o início do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) foi caracterizada pelo protagonismo de dois paradigmas: o americanismo e o globalismo, que oscilavam entre si. (PINHEIRO, 2000). O paradigma americanista divide-se em dois: o americanismo pragmático e o americanismo ideológico. O americanismo pragmático é aquele implementado por Rio Branco, por exemplo, que buscou estreitar os laços com os Estados Unidos visando uma série de objetivos importantes para o Brasil,

econômicos e de Real politik. Em relação ao desenvolvimento dessa relação e os seus resultados, Ricupero destaca:

De toda forma, a prioridade do Barão não era arbitrária ou caprichosa, mas derivava de sólidos fatores objetivos, tanto de Real politik internacional como de razões econômicas. De um lado, a sensibilidade à emergência dos EUA como potência hegemônica no Continente e crescente potência global. Do outro, o registro de que, paralelamente às mudanças políticas, os EUA se haviam convertido no principal parceiro econômico do Brasil. Em 1904, por exemplo, o mercado norte-americano absorveu cerca de 50 por cento das exportações brasileiras e era o maior importador dos três principais produtos brasileiros de exportação (café, borracha, cacau), seguido pela Grã-Bretanha e Alemanha. Os deslocamentos da Primeira Guerra Mundial não tardariam em fazer dos EUA a primeira fonte de investimento no Brasil. (RICUPERO, 2006, p.51)

Portanto, Rio Branco, mesmo adotando algumas características ideológicas, soube utilizar as vias diplomáticas com os Estados Unidos de uma maneira de certa forma racional. Nem sempre concordava com os norte-americanos, mas de forma pragmática conduziu a aproximação para o benefício dos interesses nacionais. Em contrapartida, há o americanismo ideológico. Nessa vertente, ao contrário da anterior, o foco está muito mais na convergência ideológica e na partilha de valores e aspirações comuns, do que nos objetivos concretos do país. Sobre isso, Danese (2017, p. 51) afirma:

O primeiro desses elementos é uma “convergência ideológica” fundamental, isto é, a convicção dos dirigentes brasileiros de que partilhavam com os norte americanos dos mesmos valores e aspirações, de percepções semelhantes sobre os critérios de legitimidade internacional, como se viu nas opiniões sobre o pagamento de dívidas ou o Corolário Roosevelt. Essa convergência (não coincidência total) admitia eventuais discrepâncias, como na questão da igualdade jurídica dos Estados durante a Segunda Conferência da Haia.

É possível reconhecer o americanismo na política externa do governo Bolsonaro em diversos momentos. Desde o início de seu mandato, Bolsonaro deixou claro que a relação com os Estados Unidos seria uma prioridade, o que refletiu nas relações do Brasil com alguns parceiros históricos e moldou as posições brasileiras nos discursos da ONU a partir da inserção dos valores pessoais de Jair Bolsonaro. É perceptível a admiração de Bolsonaro em relação a Trump. O bordão utilizado em sua campanha eleitoral e durante todo o seu mandato “Brasil Acima De Tudo, Deus Acima de Todos”, carrega o mesmo tom nacionalista do bordão do norte-americano

“Make America Great Again”. A condução da política externa já poderia ser considerada americanista, ou *Trumpista*, em menos de cem dias de governo.

Nesse intervalo, diversas decisões brasileiras buscaram se alinhar com os ideais que o ex-presidente Trump buscava implementar para os Estados Unidos, como: transferência da embaixada brasileira em Tel Aviv para Jerusalém, o que pode ser interpretado como um posicionamento de alinhamento americano em virtude do conflito entre Israel e Palestina, a saída da Unasul, declarações agressiva à China, e uma promessa da implementação de uma base militar dos Estados Unidos no Brasil. (MENEZES, 2019). Como exemplo dos efeitos dessa nova modalidade, pode-se considerar a visita do chanceler Ernesto Araújo aos Estados Unidos para o encontro com Mike Pompeo e John Bolton, como afirmam Gonçalves e Teixeira (2020, p. 198)

Em virtude da clara posição favorável a uma intervenção militar na Venezuela para derrubar o governo de Nicolás Maduro desses dois auxiliares de Trump, começou a circular a ideia de que o chanceler estaria comprometendo o Brasil com algum plano de invasão do país vizinho [...] A segunda manifestação alarmou os exportadores brasileiros de carne bovina e de frango, preocupados com a previsível reação negativa dos importadores árabes dos produtos brasileiros, já que estes obviamente interpretariam essa decisão como uma tomada de posição brasileira em favor de Israel na conflituosa relação que este país tem com palestinos e com árabes em geral.

Portanto o americanismo do governo Bolsonaro é extremamente ideológico. O anti-comunismo talvez seja a principal característica desse aspecto. Em 2020, o chanceler Ernesto Araújo pública o artigo intitulado “Chegou o Comunavírus”, no qual relaciona o vírus que deu origem à Covid-19 com o “vírus comunista”, que segundo Araújo, se propaga na medida em que há uma organização internacional que centraliza os assuntos de saúde, a OMS. (ARAÚJO, 2021). Tais afirmações não constituem somente uma inverdade, mas ajudam também a propagar os ideais bolsonaristas durante a pandemia. Mesmo com as recomendações da OMS, cujo corpo é composto de especialistas de diversas áreas da saúde, em relação ao uso de máscaras, distanciamento social e lockdowns, Bolsonaro insiste em defender o uso da hidroxicloroquina e do isolamento vertical¹, dois aspectos que não são recomendados pelos profissionais sérios da saúde.

Outro exemplo que contempla o americanismo na área da saúde é o voto brasileira contra a quebra de patentes das vacinas contra a Covid. A posição pode

¹O isolamento vertical é aquele em que apenas a parcela da população com maior risco de desenvolver complicações devido à doença pratica o isolamento.

ser interpretada como um alinhamento aos EUA, que inicialmente adotou a mesma posição. Ao afirmar que a posição americana seria analisada, o Brasil coloca a política estadunidense como norteadora das decisões brasileiras, que se distanciam de países cujas relações são historicamente fortes, como a África do Sul e Índia, idealizadores do movimento de quebra de patentes. (BARBIÉRI, 2021)

3.2 Política externa como política pública no governo Bolsonaro

Durante o governo Bolsonaro, diversos fatores vêm contribuindo para um retrocesso da consolidação da política externa como uma política pública. As políticas públicas em geral sofrem com impactos negativos durante seu governo.

Como analisado anteriormente, um dos pontos de partida para que a política externa seja uma política pública é a democratização de seu processo de formulação e implementação. Ou seja, é necessário que diversos agentes tenham a autonomia e liberdade de realizar negociações internacionais e celebrar acordos e parcerias de cooperação internacional. O tom autoritário que Bolsonaro adota em suas falas e as suas constantes interferências nas atividades dos Ministérios representam um ataque à democracia e que refletem na política externa.

Para um bom funcionamento das políticas públicas, é preciso que haja um diálogo entre os entes. Compete ao ente federal a formulação, organização, financiamento e orientação técnica das políticas públicas para que, dessa forma, os entes subnacionais assumam o papel de implementação e execução dessas políticas, processo que deve ser respeitado dentro de uma federação. Ao invés disso, Bolsonaro falha em cooperar e negociar com os agentes subnacionais, prejudicando os espaços de diálogo. (QUEIROZ; SANTOS, 2021). Em paralelo a isso, quando pressionado por medidas eficientes de controle da Covid-19, Bolsonaro transfere a responsabilidade aos governadores, afirmando que a medida aprovada pelo STF, que garante autonomia aos governadores e prefeitos para implementar políticas em seus territórios, o impedia de agir. (FERNANDES, 2021).

No Ministério da Saúde, a troca de ministros em um momento de crise sanitária global conferiu ao Brasil uma perda significativa no grau de estabilidade das políticas públicas. Durante a crise, Bolsonaro defende sua visão de que a situação econômica deveria ser priorizada, defendendo a abertura dos comércios, mesmo

com os números de casos e mortes sendo cada vez maiores, com isso, os ministros que não se alinhavam com suas opiniões e se recusavam a conduzir as políticas públicas de acordo com as suas ordens, não estariam aptos a dirigir o ministério. Por uma divergência de posicionamentos, com o ex-ministro da saúde Henrique Mandetta, que defendia o uso de máscaras, distanciamento social e outras medidas protetivas contra a COVID-19 foi afastado do Ministério da Saúde pelo presidente Jair Bolsonaro. (MOTTA, 2021)

Não demorou muito para que a relação entre o Presidente e o novo ministro da saúde, Nelson Teich, se tornasse conflituosa. Diante do desejo de Bolsonaro em ampliar a defesa do uso da hidroxicloroquina, o ex-ministro, que não concordava com esse posicionamento, permaneceu no cargo por apenas 28 dias. Em seu lugar, assumiu Pazuello, que, assim como Jair Bolsonaro, defendia o uso da hidroxicloroquina contra a Covid-19. Atualmente, Marcelo Queiroga assume o cargo (MOTTA, 2021).

O Ministério da Saúde é o órgão que tem competência para lidar com as questões de saúde pública no Brasil. Bolsonaro passa por cima das orientações de especialistas e constrói, como líder do Poder Executivo, um Ministério que se apresentou, por diversas vezes durante a pandemia, incapaz de se organizar e firmar políticas públicas emergenciais em virtude da crise sanitária. A militarização do Ministério da Saúde é um exemplo dessa situação. Em julho de 2020, havia mais de seis mil militares no governo e em todas as áreas da administração pública, além de cerca de trinta militares apenas no Ministério da Saúde. (SILVA, 2021). A indicação de militares facilita a instauração das decisões do presidente e dá forças ao seu "projeto ideológico", mas é prejudicial na medida em que mais pessoas sem conhecimento ou experiência na área de saúde estão incluídas na formulação das políticas públicas.

Ademais, a diplomacia presidencial, uma das maiores estratégias para a internacionalização de pautas da política pública durante os governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula, encontra-se defasada no governo Bolsonaro. Embora tenha realizado diversas viagens oficiais, Bolsonaro cria inimizades com países vizinhos e parceiros econômicos, o que reflete na diplomacia brasileira. Volto a citar a inimizade criada com a China para exemplificar o momento atual da diplomacia presidencial. Mais uma vez o favoritismo de Bolsonaro em relação aos Estados

Unidos colocou em cheque uma histórica relação de cooperação bilateral do Brasil e impactou negativamente a condução das políticas de saúde na pandemia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo que foi discutido ao longo do trabalho, conclui-se que a política externa de fato é uma política pública, e a sua ligação com a política de saúde prova isso. No mais, para que se possa garantir uma boa execução da política externa e para que as políticas internas sejam internacionalizadas, é necessário uma série de fatores.

Dentre eles, uma boa condução da diplomacia presidencial, à disposição para negociar com muitos Estados, sem favoritismos ou alinhamentos, a defesa do sistema democrático e da participação de diversos entes, nacionais e subnacionais. FHC e Lula tiveram êxito em seus esforços no campo das políticas públicas, na medida em que souberam usar os instrumentos de cooperação e inserção internacional para garantir o sucesso dos interesses nacionais.

Por outro lado, as situações ocorridas no governo Bolsonaro mostram o total oposto e revela um momento inteiramente diferente dos governos citados anteriormente: desmantelamento da diplomacia presidencial, isolamento, indiferença, alinhamento sem reciprocidade e ataques ao sistema do Estado democrático de direito mostram um descaso com a saúde, com a política externa, e consequentemente, como a população, que é diretamente afetada com as decisões que são tomadas e com as tradições de política externa que são desmanteladas. É extremamente difícil a internacionalização de pautas públicas em um espaço político instável.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cecília de. *et al.* “A concepção brasileira de “cooperação Sul-Sul estruturante em saúde”. **RECIIS**, v. 4, n. 1, mar. 2010. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis>. Acesso em: 09 jun. 2022.

ALVES, José Augusto Lindgren. **Relações Internacionais e Temas Sociais: A Década das Conferências**. Brasília: IBRI, 2001.

AMORIM, Celso. Brazilian foreign policy under President Lula (2003-2010): an overview. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 53, p. 214-240, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/>. Acesso em: 06 jun. 2022.

ARAÚJO, Ernesto. Chegou o Comunavírus. *In*: ARAÚJO, Ernesto. **Política Externa: Soberania, democracia e liberdade: Coletânea de discursos, artigos e entrevistas do Ministro das Relações Exteriores**. Brasília: Funag, 2021. p.165-172.

BARBIÉRI, Luiz Felipe. Chanceler diz que Brasil mantém posição contrária à quebra de patente de vacinas contra a Covid. **G1**, 06 maio 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/05/06/chanceler-diz-quebrasil-mantem-posicao-contraria-a-quebra-de-patente-de-vacinas-contra-a-covid.ghtml>. Acesso em: 30 de maio de 2022

BARBOSA FILHO, Igino Rodrigues. Breve Histórico da Assessoria Internacional do Ministério da Saúde. *In*: BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde e Política Externa: os 20 anos da Assessoria de Assuntos Internacionais de Saúde (1998-2018)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

BARBOZA, Tayná Marques Torres; PINHEIRO, Letícia; ALVES, Fernando Pires. O diálogo entre saúde e política externa nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). **Revista Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 12, n. 3, p. 175-198, 2011. Disponível em: <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/630>. Acesso em: 08 jun. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 55.041, de 19 de novembro de 1964**. Institui, no Ministério da Saúde, a Comissão de Assuntos Internacionais. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-55041-19-novembro-1964-395355-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 fev. 2018

BRASIL. **Discurso do Embaixador Luiz Felipe Lampreia por ocasião de sua posse como Ministro de Estado das Relações Exteriores**. Brasília, 1995.

BRASIL. **Lei nº 8.080**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em:

CARDOSO, Fernando Henrique. **Mensagem ao Congresso Nacional na abertura da 1ª sessão legislativa ordinária da 50ª Legislatura**. Brasília: Presidência da República, 1995.

CASON, Jeffrey; POWER, Timothy. Presidentialization, Pluralization and the Rollback of Itamaraty: Explaining Change in Brazilian Foreign Policy in the Cardoso and Lula Era. **International Political Science Review**, v. 30, n. 3, p. 117-140, mar. 2009.

CERVO, Amado Luiz. **Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso**. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 45, n. 1, p. 5-35, jun. 2002. Disponível em:

https://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034. Acesso em: 08 jun. 2022.

CERVO, Amado. **Conceitos em Relações Internacionais**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 51, n. 2. p. 8-25, 2008. Disponível em:

<https://repositorio.unb.br/handle/10482/10077>. Acesso em: 09 jun. 2022.

DANESE, Sérgio. **Diplomacia Presidencial: História e Crítica**. 2. ed. Brasília: Funag, 2017.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. O Itamaraty e a Política Externa Brasileira: Do Insulamento à Busca de Coordenações dos Atores Governamentais e de Cooperação com os Agentes Societários. **Contexto Internacional (PUC)**, v. 34, n. 1, p. 311-355. Jan./jun. 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cint/a/bcWcqfYFWWhDWwxYDbqQsdbj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 09 jun 2022

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Opinião Pública e Política Externa: Insulamento, politização, e reforma na produção da política exterior do Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, n. 2, p. 80-97, 2008.

FERNANDES, Augusto. STF reage a Bolsonaro e diz que não proibiu governo de agir na pandemia. **Correio Braziliense**, 27 jul. 2021. Disponível em:

<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/07/4940341-stf-reage-a-bolsonaro-e-diz-que-nao-proibiu-governo-de-agir-na-pandemia.html>. Acesso em: 27 maio 2022.

GONÇALVES, Williams; TEIXEIRA, Tatiana. Considerações sobre a política externa brasileira no governo Bolsonaro e as relações Brasil-EUA. **Sul Global**, v. 1, n.1, p. 192-211, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/sg/article/view/32061>. Acesso em: 27 de maio de 2022.

GOVERNO tem sucesso em Aids e vacinas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 out. 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2310200250.htm> Acesso em: 08 jun. 2022.

LIMA, Maria Regina Soares de. “A Política externa brasileira e os desafios da cooperação sul-sul”. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 48, n. 1, p. 24-59, 2005. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/RLvRNjTTpvTS9wfyNSXcMpr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 08 jun. 2022.

MACHADO, Raquel; ALCÂNTARA, Tatiane Lopes Ribeiro de. Cooperação Humanitária em Saúde. *In*: BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde e Política Externa: os 20 anos da Assessoria de Assuntos Internacionais de Saúde (1998-2018)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

MAIO, Marcos Chor; LIMA, Nísia Trindade. Fórum. O desafio SUS: 20 anos do Sistema Único de Saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 7, p. 1611-1613, jul. 2009. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/24674>. Acesso em: 07 jun. 2022.

MARTINS, Carlos Estevam. A Evolução da Política Externa Brasileira na Década 64/74. **Estudos CEBRAP**, n. 12, p. 55-98, abr./jun. 1975.

MENEZES, Roberto Goulart. Governo Bolsonaro: a busca de “relações carnavais” com os Estados Unidos de Trump? *In*: SIMPÓSIO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 5., 2018, Goiânia. **Anais [...]**. Goiânia: Unesp, 2018. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/106/o/Roberto_Goulart_completo.pdf. Acesso em: 08 jun. 2022.

MILANI, Carlos R. S; PINHEIRO, Letícia. Política Externa Brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 35, p. 11-41, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/Dy6zLys78XTnTV8YFkY9ZJJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 08 de jun. 2022.

MOTTA, Anaís. Mandetta, Teich, Pazuello e Queiroga: os 4 ministros da Saúde na pandemia. **UOL**, 15 mar. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/#404>. Acesso em: 28 maio 2022.

MOURA, Gerson. **Sucessos e Ilusões: Relações Internacionais do Brasil Durante e Após a Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

PAIM, Jairnilson Silva. **O que é o SUS**. Brasília: Fiocruz, 2009.

PINHEIRO, Letícia. Traídos pelo Desejo: Um Ensaio sobre a Teoria e a Prática da Política Externa Brasileira Contemporânea. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 305-335, jul./dez. 2000. Disponível em: http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/Pinheiro_vol22n2.pdf. Acesso em 09 jun. 2022.

QUEIROZ, Antônio Augusto de; SANTOS, Luíz Alberto dos. Federalismo e políticas públicas no governo Bolsonaro. **Congresso em Foco**, 23 dez. 2021. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/federalismo>. Acesso em: 27 maio 2022.

RICUPERO, RUBENS. O Brasil, a América Latina e os EUA desde 1930: 60 anos de uma relação triangular. *In*: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon; SEITENFUS; Ricardo; CASTRO, Sergio Henrique Nabuco de. **Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

SARAIVA, Miriam Gomes. As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007. **Revista Brasileira de Política Internacional**. v. 50, n. 2, p. 47-59, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/9F5t8kCknBLR4bs39NRFjyk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 01 de jun. 2022.

SILVA, Julia Almeida Vasconcelos da. **A militarização do Ministério da Saúde e a “missão cumprida” de Pazuello**. *Le Monde Diplomatique*. 21 de maio de 2021. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-militarizacao-do-ministerio-da-saude>. Acesso em: 28 de maio de 2022.

SILVA, Luiz Inácio Lula da.; AMORIM, Celso; GUIMARÃES, Samuel P. **A política externa do Brasil**. Brasília: Ipri-Funag, 2003.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, v. 29, n. 2, p. 273-335, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/sWn5MtCXtMZdzdSm3CtzZmC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05 de jun. 2022.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. A Política Externa na Era de FHC: Um Exercício de Autonomia pela Integração, **Tempo Social**, São Paulo, v.15, n. 2, p. 31-61, nov. 2003/2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/sWn5MtCXtMZdzdSm3CtzZmC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 09 jun. 2022.